



Anais da Assembléia

N.º 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1984.

(Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Leônidas Chaves e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 225/84, que estabelece critérios para o expediente de funcionários eleitos para Presidência de Associações de classe.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, regimentalmente, REGIME DE URGÊNCIA aos Projetos de Lei n.ºs 311/84, de autoria do Poder Executivo, que altera o orçamento

da EMOPAR até o limite de Cr\$ 300 milhões, com objetivo de dar o respaldo legal para ampliação dos serviços da empresa o Projeto de Lei n.º 316/84, de autoria do Poder Executivo, que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava em Cr\$ 78 milhões e da Fundação de Ciências Econômicas de Apucarana em Cr\$ 19 milhões.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após aprovação do douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a votação dos seguintes projetos de lei:

PROJETO DE LEI N.º 302/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 226/84, que altera em Cr\$ 260 milhões o orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial;

PROJETO DE LEI N.º 310/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 228/84, que altera em até Cr\$ 1.898.531 mil o orçamento da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR;

PROJETO DE LEI N.º 311/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 230/84, que altera em até Cr\$ 300 milhões o orçamento da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR;

PROJETO DE LEI N.º 312/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 233/84, que altera em até Cr\$ 17.134 milhões o orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes;

PROJETO DE LEI N.º 313/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 234/84, que abre um crédito adicional de até Cr\$ 114.167 milhões para a Administração Geral do Estado, destinado a atender juros, encargos e amortização da dívida pública, interna e externa;

PROJETO DE LEI N.º 314/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 231/84, que abre um crédito adicional de até Cr\$ 300 milhões para o Tribunal de Alçada no corrente exercício;

PROJETO DE LEI N.º 315/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 229/84, que altera o orçamento das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos valores de Cr\$ 82 milhões e Cr\$ 120 milhões, respectivamente;

PROJETO DE LEI N.º 316/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 232/84, que altera o orçamento das Fundações Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, em Cr\$ 78 milhões e Cr\$ 13 milhões, respectivamente.

Sala das Sessões, e, 13 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 260/84.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Art. 7.º combinado com Art. 9.º no seu parágrafo único, todos da Resolução n.º 17/67, de 11 de outubro de 1967, a votação em Plenário, das emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 252/84, Proposta Orçamentária para o exercício de 1985 e rejeitadas pela Comissão de Orçamento.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamento: DONATO GULIN, ANTÔNIO BELINATI, FRANCISCO ESCORSIN, IVAN GUBERT, WILSON FORTES, FUAD NACLI, AUGUSTO CARNEIRO, GILBERTO CARVALHO, ERONDY SILVÉRIO, PÉRICLES PACHECO, LEÔNIDAS CHAVES, TERCIO ALBUQUERQUE, TUGUIO SETOGUTTE, EZEQUIAS LOSSO, AIRTON CORDEIRO, BASÍLIO ZANUSSO, NELSON BUFFARA, ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no § 3.º, do Art. 35, da Constituição do Estado, combinado com o Art. 126, do Regimento Interno da Casa, a anexação ao Projeto de Lei n.º 55/84 da Mensagem Governamental n.º 235/84, de 07 do corrente mês, projeto esse de minha autoria e já na fase de 3.ª Discussão neste Poder Legislativo.

Requeiro, ainda, que a referida Mensagem seja transformada em SUBSTITUTIVO GERAL de Plenário ao projeto de lei, já mencionado, pois são matérias análogas, razão porque devem ser — transformadas num único plano de lei.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja retirada sua assinatura do requerimento que solicita destaque a emendas apresentadas ao Projeto de Orçamento.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com o Sr. EDSON KAZUSHIQUE TERAMATSU pela sua eleição como Presidente da Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Curitiba.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes do Conselho Administrativo, Deliberativo e Fiscal.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de congratulações e regozijo, pela nomeação e posse do Professor LUIZ ALBERTO MACHADO, como Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações deste Poder, aos Poderes: Executivo e Legislativo, do Município de Uniflor, pela passagem do 23.º Aniversário de Emancipação Política.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de regozijo, pela passagem do 33.º aniversário de emancipação política e econômica do Município de Cascavel a se realizar no próximo dia 14 do corrente.

Requer, ainda, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência ao Sr. Fidelcino Tolentino, D.D. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata desta Sessão, voto de aplausos, apoio e solidariedade, desta Assembléia Legislativa a Reencontro, Obras Sociais e Educacionais — entidade declarada de Utilidade Pública — pela promoção, em convênio com Liga Mundial da Bíblia, da maior Cruzada Bíblia, da História do Cristianismo, cujo alvo é colocar um novo tratamento em cada lar brasileiro.

Na referida Cruzada serão distribuídos, em 5 anos, aproximadamente 25 milhões de exemplares do novo Testamento com a seguinte apresentação: capa verde — amarela; uma palavra do Presidente da República, afirmando que o Evangelho é a solução para os problemas brasileiros; o prefácio escrito pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras, mensagem do PR. Dr. Nilson do Amaral Fanini, cidadão benemérito do Paraná, intitulada "FELIZ É A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR"; apresentação do plano de salvação e um cartão de decisão pessoal. Na contracapa estará impresso o texto de I Coríntios 13.

Outrossim, aprovado este requerimento, idê-se:

ciência da decisão deste Poder Legislativo ao Presidente do Reencontro, Obras Sociais e Educacionais, Pr. Nilson do Amaral Fanini.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja endereçado aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura e Líderes do PMDB na Câmara Federal e no Senado Federal, cópia de pronunciamento feito da tribuna desta Casa de Leis, em data de hoje, quando manifesta seu repúdio à pretensão do PTB de assumir o controle da CEASA/PR, inclusive com a criação de mais uma Diretoria.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado do Senhor Waltzer Donini, Diretor-Presidente da COPASA — Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, seja enviado estudos no sentido de instalar um Armazém Frigorífico em Maringá.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo Edil Jorge Vieira do Prado, de Maringá, que atento aos problemas do Município de Maringá, estamos solicitando estudos no sentido de viabilizar a instalação de um armazém frigorífico em Maringá, a exemplo do que foi feito no Município de Palmas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alceu da Conceição Machado, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, REITERANDO, seja providenciado estudos no sentido de instalar com brevidade, uma Vara de Execução Fiscal, bem como, mais uma Vara Criminal, para a cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Na data de 6 de abril, do corrente ano, foi aprovado por esta Assembléia Legislativa do Estado, um requerimento, de minha autoria no mesmo teor que ora faço. Ocorre, que, até o presente momento não tivemos o prazer de receber resposta ao requerido.

A Justiça local — (Maringá) vem enfrentando grandes dificuldades para uma seqüência normal dos processos em andamento.

Eis que há, aproximadamente, 4.000 (quatro mil) processos pendentes sem solução, cuja morosidade, se solução imediata não for tomada, causará sérios transtornos as pessoas interessadas.

Esta é uma reivindicação da comunidade maringaense, e assim venho, atendendo documento da Câmara Municipal de Maringá, a mim enviado pelos vereadores Nereu Vidal Cesar e João Batista Sanches, fazer tais solicitações, esperando desta feita ser respondido

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte visando a liberação de materiais esportivos para a Municipalidade de Sertãoópolis.

O desenvolvimento esportivo de um modo em geral naquela progressiva cidade de Sertãoópolis, está a depender de medidas de reequipamento de materiais destinados à prática de várias modalidades, notadamente pela juventude.

Neste sentido, de acordo com a iniciativa do Excelentíssimo Senhor José Aparecido Rafaeli, Prefeito Municipal, há a real necessidade que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte determine a liberação de materiais esportivos, conforme ofício neste sentido, oriundo da Administração Municipal Sertãoopolense (que se encontra em anexo ao presente requerimento).

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido de que, mediante as possibilidades de ordem financeira, determine a doação de equipamentos necessários à instalação de um gabinete dentário no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Municipalidade de Nova Cantu.

Aquela entidade de representação sindical a nível da classe trabalhadora ruralista novacantuense, foi fundada há alguns anos. Passou por períodos bastantes difíceis como em 1.981, chegando até mesmo ao ponto de estar em condições de falência. Atualmente, no entanto, e segundo relatório de sua própria Diretoria, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, foi por completo reativado. Mais do que isso, entra em fase de ampliação estrutural, a fim de oferecer benefícios aos seus sindicalizados (que são mais de mil associados), especialmente no que tange a assistência à saúde de cada um.

Neste sentido, há mais de três anos que aquele órgão de representação de classe vem reivindicando a instalação de um gabinete odontológico. No entanto, a Diretoria do Sindicato, em que pese todos os seus esforços, não dispõe no seu minguado orçamento, recursos que permitam a implantação do referido gabinete.

Há, portanto, a real necessidade que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social avalie as condições de se atender a tão justa reivindicação, formalizada pelo Ilustríssimo Senhor Alcidas Bazuco e pela Ilustríssima Senhora Júlia Madalena Azevedo, Digníssimos Presidente e Secretária, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) RUBENSBUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Digníssimo Presidente do Senado Federal, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da Emenda do Deputado Jorge Carone, que restabelece as eleições presidenciais em dois turnos.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Seria dispensável falar no direito de voto do povo. A opressão existente é gritante demais para que nós mantenhamos omissos à maioria esmagadora da Nação. Reclama seu direito de eleger o Presidente, dirigente máximo da Nação.

Não se pode compreender como se protelam coisas em situações tão efervescentes como as que hora enfrentamos. O Governo desconsidera a vontade do povo, e a ele impõem sua tutela, a Nação já não pode mais agüentar isso. São mais de vinte anos de tutela, a qual o povo foi impiedosamente submetido, levando à situação caótica que presenciamos. É vital que se devolva imediatamente ao povo o direito de escolher seus representantes e dirigentes em todos os níveis.

Se todo o povo aspira por este objetivo, não pode haver mais discussão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Interior, Nilton Miguel Friedrich, pedindo a implantação, no Distrito de Jardim-Indo-Ivaí, Município de Douradina, do sistema de abastecimento de água potável.

Requer, ainda, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Douradina, Manoel R. de Oliveira, a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Douradina, Hélio Fadoni, ao Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Douradina, Francisco Martins Guimarães.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O aumento da população em localidade servida por terreno altamente poroso como o arenito caiua, resulta numa total saturação das águas de poços caseiros, muitas vezes construídos em distâncias inferiores às permitidas de fossas sépticas, e que por isso atingem a saúde pública dos seus habitantes.

Por isso é que, juntamente com o povo do Jardim-Indo-Ivaí, pedimos a implantação do serviço aqui explicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após deliberação

do Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando a construção de um prédio destinado ao funcionamento da Delegacia de Polícia do Município de Douradina.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa dê-se ciência à Sua Excelência, o Senhor Prefeito Municipal de Douradina, Manoel R. de Oliveira, à Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Douradina, Hélio Fadoni, e para o Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Douradina, Francisco Martins Guimarães.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Douradina é de instalação recente, por isso, não conta com estruturas básicas que assegurem um perfeito serviço de utilidade pública social. Seu franco progresso faz exigir instalações de Delegacia de Polícia para salvaguarda da Segurança dos municípios de Douradina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Interior, Nilton Miguel Friedrich, reivindicando a implantação de sistema de abastecimento de água potável no Distrito de Vila Formosa, Município de Douradina.

Entretanto, REQUER que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Douradina, Manoel R. de Oliveira, à Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélio Fadoni, ao Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Douradina, Francisco Martins Guimarães.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Vila Formosa já conta com boa população na área urbana. Seu terreno é do tipo, arenito de caiua, portanto, permeável ao ponto dos poços caseiros de água potável verem-se contaminados pelas fossas sépticas saturadas e já em grande número.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Finanças, João Elisio Ferraz de Campos, reivindicando a construção de um prédio destinado ao funcionamento de Agência de Rendas no Município de Douradina.

Ainda REQUER, que se dê ciência do pronunciamento desta Casa à Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Douradina, Manoel R. de Oliveira, a Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Douradina, Hélio Fadoni, ao Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Douradina, Francisco Martins Guimarães.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A arrecadação do município já está a exigir do Estado uma agência de rendas. Douradina, Município há pouco tempo instalado, corresponde ao Estado, progredindo, produzindo e com isso tendo uma população ativa a exigir melhores estruturas. Assim, sendo, conto com o apoio da Secretaria das Finanças na consecução desta obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador José Richa, solicitando do mesmo a concessão de um auxílio financeiro, para a FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO MOURÃO – FUNDESCAM, na mesma proporção dos que foram concedidos às outras Entidades Educacionais do Paraná e dentro das possibilidades dos cofres públicos.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se prende ao fato de notarmos pelas Mensagens governamentais, enviadas a esta Casa, que o Governador José Richa está sensível aos problemas educacionais e propenso a auxiliar as Entidades Educacionais do Paraná, que passam por grave crise econômica.

A guisa de explicação, relacionamos algumas delas, que serão beneficiadas financeiramente:

– Na Mensagem n.º 315/84, relaciona:
Faculdade de Ciências e Letras de Paranaguá
82.000.000

Universidade Estadual de Ponta Grossa
120.000.000

– Na Mensagem n.º 316/84, relaciona:
Faculdade Estadual de Fil. Ciên. e Letras de
Guarapuava 78.000.000
Faculdade Estadual Ciên. Econ. de Apucarana....
13.000.000

Assim sendo, fazemos tal pedido porque tanto nós, como o próprio Governador, conhece a difícil crise porque passa a FUNDESCAM, entidade nascida do esforço comum do povo mourãoense, e que hoje tem uma área de abrangência em toda a Microrregião 12, atendendo uma considerável gama de jovens, na maioria carentes de recursos.

Certo de que esta justificativa encontrará eco na sensibilidade do Senhor Governador, aguardamos o atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação visando o desenvolvimento de estudos no sentido da criação e instalação de um Colégio Estadual, a nível de 2.º Grau na Municipalidade de Roncador.

O Deputado que abaixo subscreve, no dia 9 de agosto do ano passado, em Sessão Plenária realizada, apresentou requerimento endereçado a essa

Secretaria de Estado no sentido de que estudos fossem realizados visando avaliar as reais condições da criação e instalação de cursos a nível de 2.º Grau a ser mantido pela rede estadual de ensino.

Decorrido todo este tempo, em que pese o posicionamento oficial dessa Pasta da não criação do 2.º Grau, há, por outro lado, a necessidade premente de se reiterar tal postulação tendo em vista que, a cada instante, crescem as preocupações que a comunidade roncadorenses tem tido com relação a este assunto.

Atualmente, como já naquela época, a questão do ensino público a nível de 2.º Grau tem sido, fora de qualquer dúvida, a maior luta das principais lideranças comunitárias, notadamente as figuras que integram o setor educacional daquele município. Destacando-se, no entanto, o posicionamento do Ilustríssimo Senhor Jair Becher, Digníssimo Inspetor Estadual de Educação e do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Roncador, Augusto Becher, ambos incansavelmente têm reafirmado, por diversas vezes, a importância da criação do 2.º Grau público e gratuito.

Os motivos apresentados no que se refere à eliminação dos problemas vivenciados nos dias de hoje, destacam-se os seguintes:

– Grande parte dos habitantes do Município de Roncador vivem direta ou indiretamente dos trabalhos relacionados às atividades da agricultura, sendo que a maioria das propriedades lá existentes são de porte pequeno ou médio. Logo, verifica-se que um número muito grande de jovens pertencem a famílias de pouco poder aquisitivo, não podendo os mesmos custear o ensino a nível particular;

– Os que podem ou apenas pretendem o continuamento dos estudos, são obrigados a fazê-lo em outras cidades, tendo em vista a ausência de opções a nível profissionalizante, ou até mesmo a falta de vagas na única Escola existente que oferece ensino de 2.º Grau, o Colégio Cenecista;

É grande a parcela de estudantes que frequenta a mencionada escola, a custa de grandiosos sacrifícios financeiros.

Em face de uma série de motivos apresentados no presente requerimento, espera-se dessa Secretaria de Estado da Educação que determine, o mais urgente possível, a realização de novos estudos, visando reconsiderar principalmente sua posição anterior, e, conseqüentemente, determine a criação do 2.º Grau naquele progressista município, atendendo, deste modo, a uma antiga e por demais justa aspiração.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvir o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMOPAR – Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, visando a realização de reparos nas instalações da Escola Rural Estadual Oswaldo Cruz, localizada na Municipalidade de Mamborê.

Desde que foi construída, já há muitos anos a conceituada Escola Rural Estadual Oswaldo Cruz, pertencente à rede estadual de ensino, não recebeu

qualquer tipo de reparo, havendo a necessidade para tal, especialmente no que diz respeito a realização de uma nova pintura; conserto ou troca das vidraças existentes; e a colocação de novos quadros negros cujas lousas atualmente existentes não apresentam mais condições de uso.

Em face da problemática ora apresentada e ante a necessidade da realização de reparos, espera-se dessa empresa, juntamente com essa Secretaria de Estado da Administração, determine o imediato apoio; atendendo, deste modo, ao conjunto dos estudantes e professores do referido estabelecimento educacional, especialmente, da Ilustríssima Inspectora Estadual de Educação, Isidora Korozovei daquela cidade.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração objetivando a realização de nova pintura nas instalações da Escola Rural Estadual Princesa Isabel, localizada na Municipalidade de Mamborê.

O requerimento se faz necessário tendo em vista a iniciativa da Ilustríssima Senhora Isidora Korozovei, Digníssima Inspectora Estadual de Educação, que conforme correspondência remetida, afirma que a pintura daquele estabelecimento de ensino, atualmente existente, está totalmente danificada.

Neste sentido, até mesmo por uma questão de higiene muito mais do que de embelezamento, a pintura nova de todas as instalações do referido educandário é uma reivindicação não somente daquela Inspectora, mas também do estudantado e professores, e que por certo merecerá dessa EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração o encaminhamento do que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, que a Casa civil, ouvidos os órgãos interessados, preste as informações que se seguem:

I — Referente as mensagens 227/84, que acrescenta ao orçamento do IAPAR, Cr\$ 1.195.821.000 (hum bilhão, cento e noventa e cinco milhões e oitocentos e vinte e um mil cruzeiros); 228/84 que aumenta o orçamento da CLASPAR em Cr\$ 1.898.531.000 (Hum bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões e quinhentos e trinta e um mil cruzeiros) e 226/84 que amplia o orçamento do DETO em Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros).

SOLICITA-SE:

a — Plano de Aplicação detalhado da destinação destes recursos em cada um dos órgãos, indicando os elementos de despesas que serão contemplados, (e quanto em cada um), também os projetos e atividades a serem reforçados e quanto será destinado a cada um deles.

b — Justificativa técnica detalhada para cada caso em cada órgão.

c — Quanto ao excesso de Arrecadação dos próprios órgãos, informar em cada um deles, quais os tipos de receita que apresentaram excesso e qual o montante em cada um deles.

d — Demonstrativo de como ficarão os orçamentos de cada um dos órgãos, se os pedidos em pauta forem aprovados.

II — Referente a Mensagem 230/84 que aumenta o orçamento da EMOPAR em Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros).

SOLICITA-SE:

a — Que tipo de “AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DA EMPRESA” se pretende fazer.

b — Quanto será destinado às obras do PRORURAL, do ARMAZÉM DE PALMAS e do ANEXO ao PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

c — Que tipos de receita própria do órgão apresentaram excesso de arrecadação e quanto em cada um deles.

d — Demonstrativo de como ficará o orçamento do órgão, se aprovado o pedido em questão.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

I — Os pedidos de ampliação dos orçamentos em questão, totalizam cerca de Cr\$ 3,394 bilhões, o que corresponde a 2,3 por cento da previsão de receitas de recolhimento descentralizado, que era de Cr\$ 145,300 bilhões.

II — Pelo seu volume, a matéria reveste-se de muita importância e sua aprovação deve ser precedida de acurado estudo e criteriosa análise pelo Poder Legislativo.

III — As Mensagens restringem-se a comunicações lacônicas, desprovidas das mínimas informações necessárias a uma apreciação que se deseja que o Legislativo faça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, que a Casa Civil, ouvido os órgãos interessados preste as seguintes informações:

I — Referente a Mensagem n.º 233/84 que aumenta o orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes em Cr\$ 17.134.000.000 (dezesete bilhões e cento e trinta e quatro milhões de cruzeiros).

SOLICITA-SE:

a — Plano de Aplicação detalhado da aplicação destes recursos, indicando os elementos de despesas que serão contemplados e quanto em cada um deles, como também quanto será alocado ao PRAM e quanto ao BID II.

b — Quanto aos recursos do Tesouro que darão cobertura a estas despesas, informar se tratam de excesso de arrecadação de receita própria, de transferências ou de operações de crédito.

c — Quais os municípios que serão atendidos no PRAM, com a alocação destes novos recursos e quanto será destinado para cada município.

d — No caso do BID II, quais as obras que serão executadas com estes novos recursos, indicando o tipo (com especificação técnica), localização geográfica e valor a ser investido em cada uma delas.

II – Referente a Mensagem n.º 234/84 que acrescenta Cr\$ 114.167.000.000 (cento e quatorze bilhões e cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros) ao orçamento da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria das Finanças. SOLICITA-SE:

a – Quais os credores que receberão os recursos e quanto cada um deles.

b – Quanto será destinado, em cruzeiros e em dólares equivalentes, ao pagamento de juros, encargos e amortização, separando dívida interna e dívida externa.

c – Quais os valores, em cruzeiros e em dólares equivalentes, de juros, encargos e amortizações (Dívida interna e Dívida Externa) cujos pagamentos estavam previstos para o exercício de 1984, indicando os respectivos vencimentos e credores.

d – Quanto, relativo a Dívida Interna e a Dívida Externa, já foi pago neste exercício e em que datas, a que título (juros, encargos e amortizações) e para quais credores.

e – Quanto aos recursos do Tesouro que darão cobertura a estas despesas, informar se tratam de excesso de arrecadação de receita própria ou de operações de crédito (internas ou externas) não vinculadas.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

I – Estes dois pedidos somam a impressionante importância de Cr\$ 131,301 bilhões, que correspondem a 16,3 por cento do orçamento da administração Direta para 84.

II – As Mensagens não trazem qualquer tipo de informações que possam orientar uma apreciação da matéria.

III – Quando se pretende aumentar o orçamento anual em 16,3 por cento, o Poder Legislativo não pode se limitar a uma atitude cartorial, limitando-se a simples procedimento homologatório.

IV – As informações solicitadas são imprescindíveis para que os Deputados, no exercício da representação popular conferida pelas urnas, possam em nome do povo, estudar a pertinência e a conveniência dos pleitos do Poder Executivo para, depois de criteriosa análise, se manifestar sobre esta matéria que é de suma importância para os interesses do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, a consignação nos Anais da Casa do artigo “Brios de Foz exigem eleição do Prefeito”, de autoria do jornalista Renato Schaitza e publicado no jornal “Correio de Notícias”, do dia 13 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

As conquistas democráticas ao longo os últimos anos fazem com que a população de Foz do Iguaçu, juntamente com suas lideranças mais expressivas, não aceitam mais serem considerados cidadãos de segunda classe.

Esta reivindicação assume maior relevo quando se aproximam as eleições para Presidente da República,

o que torna o futuro mandatário da Nação comprometido com a plenitude democrática em nosso país, extinguindo os últimos resquícios da legislação autoritária e permitindo que a população de Foz eleja o Prefeito livremente.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 317/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Artigo 1.º – Fica incluída como matéria obrigatória nos currículos de 1.º e 2.º Graus a disciplina “Turismo

Artigo 2.º – Na organização do programa da disciplina, serão ouvidos, obrigatoriamente, os órgãos públicos, o setor privado e a universidade Federal do Paraná, através do Curso de Turismo.

Artigo 3.º – O conteúdo programático conterá, obrigatoriamente, a abordagem dos aspectos a seguir, sem prejuízo dos demais assuntos:

I – Fundamentação Teórica;

II – Importância Cultural;

III – Importância Econômico-social; e

IV – Prática de Turismo.

§ único: a estruturação da matéria deverá ser orientada pedagógica e psicologicamente para influir na conduta dos estudantes, visando criar nos alunos uma consciência de exploração e conhecimento turístico, não apenas economicamente, mas, sobretudo, cultural.

Artigo 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O recente Fórum “O Turismo no Paraná – Importância e Perspectivas”, teve como uma de suas importantes conclusões e implementação de um esforço no sentido de se levar aos alunos de 1.º e 2.º graus o conhecimento mais profundo do Turismo, despertando-se neles a consciência de sua importância econômica, social e cultural.

Logicamente, essa proposição só tem valor desde que o assunto seja colocado ostensiva e normativamente, via sua inclusão nos currículos escolares, principalmente por levar ao envolvimento pedagogos e psicólogos na organização do conteúdo didático.

Por outro lado, o Turismo é matéria que tem crescido em importância nos dias atuais, portanto passou a ser fonte geradora de recursos e de empregos da maior relevância, fazendo com que economias localizadas se desenvolvam rapidamente quando exploradas convenientemente suas potencialidades turísticas, exatamente por proporcionar um afluxo de pessoas que daí deixam divisas e, mais importante, manifestam suas expectativas que, por sua vez, fazem com que a oferta de serviços passe a ser mais acurada, levando ao aperfeiçoamento do atendimento e ao interesse em maior divulgação.

Todos esses aspectos encadeados deixam como saldo um fluxo financeiro e cultural que tende a aumentar com o tempo a qualidade da oferta de serviços, gerando importantes divisas num escalonamento compreendido desde a unidade empresarial e até o país como um todo.

O intercâmbio das populações, estimulado por

um aparato turístico qualificado, tem levado à interação racial, de costumes e cultural da maior importância, pelo convívio esporádico, sim, mas profundamente humano entre os visitantes e os residentes.

Por tudo isso é que se torna imprescindível conscientizar os adultos de amanhã dos benefícios que a exploração turística traz, particularmente, considerando-se que o Brasil não é possuidor de infra-estrutura no setor, adequada às suas potencialidades, aí entendendo-se o aparato físico e a mão-de-obra especializada.

Finalizando, talvez até mais importante que todos os aspectos mencionados até aqui é o cultural, pois o conhecimento e entendimento das belezas naturais ou artificiais é intrínseco ao desenvolvimento intelectual dos povos, passando a igualar-se, em alguns casos, à importância das artes em geral.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Banco Central resolveu eliminar qualquer possibilidade de funcionamento das cooperativas de crédito, proibindo-as de firmarem contratos, acordos ou convênios de assistência técnica para a prestação de serviços aos produtores rurais financiados pela rede bancária, inclusive de fiscalização e controle dos empréstimos”, anunciou matéria de manchete, na edição de hoje do jornal Indústria e Comércio.

Tal informação foi dada pelo chefe do Departamento de Organização e Autorizações Bancárias do Banco Central, Maurício do Espírito Santo, deixando bem claro que o sistema bancário brasileiro não tolerará a fuga dos agricultores do alto custo do crédito no mercado financeiro.

Essa notícia valeu inclusive um editorial na mesma edição conceituado jornal, deplorando, que, por alegações de conter os meios de pagamento, se elimina a única saída rápida “para enfrentar as dificuldades surgidas da depuração imposta pelo centralismo na queda dos subsídios e incentivos”, adotada hoje pela ala econômica governamental.

Ainda mais, diz o editorial: “Somos o país das soluções radicais: saltamos da democracia para a demagogia e o autoritarismo; saímos do exagero incontrolado dos subsídios para a mais absoluta falta de crédito ou ainda a imposição dos custos financeiros intoláveis. O bloqueio ao funcionamento das cooperativas de crédito é medida de guerra”.

Esta oposição tem muito de verdade, pois basta citarmos o que as ditas cooperativas vêm realizando em favor do agricultor e da agricultura, para reconhecermos a amplitude negativa da medida do Banco Central.

Tomemos como exemplo a Cooperativa de Crédito de Cascavel (Credivel), que funciona associada à de Produção daquela cidade (COOPAVEL), com dois anos de existência. Ela é considerada na região como importante ponto de apoio ao agricultor, especialmente no que se refere ao auxílio financeiro prestado.

Neste ano já foram emprestadas Cr\$ 250 milhões para cobrir o custo da produção de soja e milho,

atendendo 30 associados, cobrando uma taxa de juros mais acessível do que a do mercado bancário. Além disso, vem atendendo cerca de 30 agricultores em dificuldades financeiras por mês.

Para os associados da COOPAVEL, essa operação de crédito vai mais além, pois possibilitou a cooperativa ofertar insumos e equipamentos a crédito ou realizar a compra da safra, pagando adiantadamente.

Cremos que os motivos que nos levam a defender a existência das cooperativas de crédito, da mesma maneira que a Indústria e Comércio, estão bem claros neste exemplo, que vem de uma das 7 cooperativas semelhantes no Paraná. Foi também, pelo mesmo motivo, que em maio, a Organização das Cooperativas de São Paulo propôs as cooperativas de crédito como a grande saída para a falta de capital na agricultura, ou pela tentativa de fato, as organizações congêneres do Rio Grande do Sul, em ativar o processo.

Agora, vemos o sonho vindo por água abaixo. Como diz a matéria de manchete: O setor vai cair mesmo no arrocho bancário. Devemos passivamente aceitar tal insensibilidade para com a lavoura? De maneira alguma. O editorial do jornal citado chama o Paraná a usar a bandeira que nosos vizinhos, os paulistas, empunham. “Conduzo, não sou conduzido” para esta batalha. É preciso reagir, como ensinava o professor Rudolf Von Yhering: “dormientibus non succurrit jus”. O direito não acode aos que dormem”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

“Não faz muito tempo a CEASA era conhecida como uma empresa fechada e manipulada por atravessadores que impunham suas próprias condições de negócios e preços para produtores e consumidores.

As dificuldades econômicas e financeiras daquele órgão vinham se acumulando, ano após ano, chegando em março de 83 a um déficit da ordem de 18 milhões de cruzeiros, considerando-se somente as despesas e de custeio. Houve ocasiões em que o fechamento da empresa parecia a única alternativa viável. Inclusive, foram feitas licitações pela COBAL, para que empresas particulares assumissem a direção do órgão. Ninguém se habilitou.

O Governo José Richa aceitou o desafio. Como o Plano de Governo objetiva a melhoria das condições de alimentação da população mais carente, determinou que a Secretaria da Agricultura elaborasse um Programa de Abastecimento Alimentar Urbano para atender a essa faixa da população. A CEASA, vinculada da SEAG, foi o instrumento e meio para a execução do programa.

Assim, a partir de março de 83 foi lançado o Programa Estadual de Abastecimento de Hortigranjeiros PROHORTI, com a implantação dos Sacolões e Varejões, Compras Comunitárias, Feiras Especiais e Feiras do Produtor não só na Capital como também no interior do Estado.

Para isso, foram necessários recursos que o Governo do Paraná se dispôs prontamente a repassar à CEASA. O montante já aplicado ultrapassa a casa dos

100 milhões de cruzeiros, com a perspectiva de repasse de mais 900 milhões de cruzeiros ainda neste ano, que serão direcionados principalmente para a construção de mercados de produtores em vários municípios localizados na área de atuação do pró-Rural.

Nesses vinte meses de administração da CEASA, no Governo José Richa, foram alcançados os seguintes resultados:

- Implantação de seis sacolões — dois em Curitiba, um em Piraquara, um em Londrina, um em Maringá e um em Cascavel, atendendo a mais de 150 mil consumidores diretamente.

- Implantação de dois Varejões em Curitiba — um no Capão Raso e outro no Capão da Imbuia, atendendo a mais de 50 mil consumidores diretamente.

- Implantação do Projeto de Compras Comunitárias na Região Metropolitana, atendendo a mais de 500 famílias em sua fase experimental.

- Realização de cinco Feiras Especiais de Produtos da Época em Curitiba e 22 no interior do Estado, beneficiando aproximadamente 300 mil consumidores.

- Organização de 130 Feiras de Produtor juntamente com ACARPA em todo o Estado.

Esse conjunto de ações resultou numa redução de cerca de 20 por cento nos preços dos hortigranjeiros; e no caso específico das Compras Comunitárias verificou-se que a população de menor poder aquisitivo foi beneficiada em até 50 por cento em relação aos preços que pagavam por produtos como arroz, feijão, farinhas, óleos, etc, em outros estabelecimentos comerciais.

Para fazer funcionar toda essa estrutura — cinco Centrais Atacadistas, três Hortomercados, dois Mercados de Produtor, seis Sacolões, dois Varejões, Projeto de Compras Comunitárias e as demais ações realizadas por convênios, a empresa possui duzentos funcionários em todo Estado. São estes servidores que executam, sob a orientação da Secretaria da Agricultura, a política adotada para o abastecimento alimentar do Governo do Estado, que defende a tese municipalista, cuja principal definição é que o município tenha autonomia para organizar sua produção e comercialização.

Contudo, Srs. Deputados, o PTB, que na esteira de um acordo político espúrio e do qual resultou a aprovação do decreto do arrocho salarial — que tantos males causou à massa trabalhadora neste País — recebeu como prêmio de consolação a direção nacional da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), e agora arroga-se também o direito de assumir o controle total das CEASAS estaduais. Isso está ocorrendo nestes dias aqui no Paraná.

Quando foi selada a negociação entre o Governo Federal e o PTB, no espólio da COBAL vieram também as CEASAS, nas quais esta empresa ligada ao Ministério da Agricultura tem a maioria acionária (52) por cento. Em função dessa maioria acionária, a COBAL, digo o PTB, apressou-se na tarefa de apresentar nomes para ocuparem a diretoria técnica-financeira das CEASAS o que também se deu no Paraná com a nomeação do advogado Egidio Assmann, de Maringá, derrotado nas últimas eleições para a Prefeitura daquela cidade.

A verdade, porém, é que desde o mês de março de 83, com o início do Governo José Richa, a COBAL não investiu sequer um cruzeiro na CEASA/PR, e tampouco apoiou a programação desenvolvida pelo órgão. E nesse momento, é esse partido fracionado

em nosso Estado, e de resto em todo o País, cujas principais figuras não tiveram competência para fortalecer seus quadros e manter a unidade partidária, mas que na ânsia de conseguir empregos não se envergonham de expor-se perante a opinião pública, com todo o seu fisiologismo pelo poder, que pretende assumir a presidência da CEASA/Paraná.

Pela voz de seu presidente regional, Sr. Affonso Antoniuk, o PTB afirma que os cargos de presidente e diretor técnico administrativo da CEASA se confundem, isto é, as funções são quase as mesmas. Assim, arrazoando com uma lógica cabotina e aética, diz em alto bom som que o melhor mesmo é que a COBAL assuma de vez também a presidência. E não contente com dois cargos na diretoria da empresa, já deita falação que será criada uma terceira diretoria. Isso configura empreguismo, irresponsabilidade administrativa, porque não está em jogo apenas um punhado de sinecuras, mas sobretudo, a estrutura de uma Empresa pública que tem prestado relevantes serviços à população.

Aliás, a voracidade do PTB paranaense por meia dúzia de empregos (parece que é o número suficiente para abrigar todos os quadros do partido aqui), merece uma consideração um pouco mais aprofundada. Qual seria o pensamento destes homens que estão aí a disputar migalhas de uma estrutura de poder que felizmente está se degradando aos olhos da comunhão nacional? Que esperam eles obter no caso deste asqueroso sistema que tisonou a consciência do nosso povo, mas que agora está sendo varrido para o lixo da história?

O mais desinformado dos cidadãos há de convir que é muita pretensão desse partido, pobre de lideranças e pauperrimo de liderados, querer transformar as CEASAS do Estado. É pura bossalidade — para dizer o mínimo — pretender que com a presidência destas empresas o PTB poderá carrear verbas do Governo Federal para as CEASAS e então, no dizer de Antoniuk, “mostrar sua capacidade de trabalho”.

Estão aí governadores e prefeitos do próprio PDS, com o chapéu na mão, mendigando recursos que pertenciam por direito a seus Estados e Municípios, mas que lhes são negados pelo Governo Federal. Quem são estes do PTB — vendilhões de votos em troca de migalhas — para enxovalhar a consciência pública, fazendo-nos crer que com eles na direção da CEASA o Governo Federal vai abrir suas burras? Que tempo dispõem estes senhores? Será que não sabem que este desgoverno que aí está tem seus dias contados, e arfa como um moribundo condenado a um fim sem glórias?

Caso venha se concretizar a ameaça de controle da CEASA pelo PTB, talvez o Governo do Estado se veja obrigado a rever suas aplicações dentro da empresa. O Estado do Paraná, tendo 48 por cento das ações da CEASA, não está disposto a investir novos recursos — nem aqueles já previstos no Pró-Rural. Além disso, o Estado, através da Secretaria da Agricultura, deverá continuar com a política de abastecimento adotada, honrando seus compromissos assumidos com a população, administrando e implantando Sacolões, Varejões, Projetos de Compras Comunitárias, etc., que em síntese, vêm ao encontro dos anseios da parcela mais carente da população. Propomos inclusive a criação de uma Lei Estadual que dê amparo a essas atividades, e ampla liberdade e autonomia aos municípios para que administrem programas de abastecimento através da organização de pequenos

produtores em associações e cooperativas.

Para isso, deverá ser revogado o Decreto Lei Estadual 1881 de 1976, que versa sobre o perímetro de proteção das CEASAS, e que impede que atualmente os municípios organizem seus próprios mercados.

Senhores Deputados.

Desde que assumiu a diretoria técnica da CEASA PR., o Sr. Egídio Assmann jamais demonstrou o desejo de trabalhar em harmonia com o Governo do Estado, que assumiu por inteiro a administração da referida empresa, nela alocando recursos financeiros e humanos, para livrá-la da pecha de ser um centro manipulado por intermediários, transformando-a numa empresa conceituada junto ao povo. Ao contrário, este personagem logo anunciou que o PTB iria apropriar-se também de todos os cargos de gerência das Unidades da Capital e interior, bem como das chefias de divisões e assessorias técnicas, demonstrando sem o menor compromisso com a coisa pública, sua necessidade de dar empregos à cupinchada.

Ignorava o ilustre petebista, que juntamente com outras figuras do mesmo jaez reduziu o testamento de Vargas a esta triste e vergonhosa barganha, que uma empresa pública tem critérios para fazer substituições em seus quadros técnicos e administrativos. Sua veleidade de levar o PTB para dentro da CEASA foi repudiada, em bons termos é verdade, pelo próprio Governador José Richa.

Além de tudo que disse, Srs. Deputados, há também que se destacar que entregar uma empresa pública que tantos serviços tem prestado à nossa gente, mercê de uma administração séria e comprometida com as causas populares, para ser gerida pela COBAL é um sério risco. Basta ler os jornais para termos a verdadeira dimensão daqueles que a dirigem hoje. Ultimamente a COBAL tem sido sinônimo de corrupção, de gastos desnecessários, de escândalos inclusive com a merenda escolar, e com uma falada "caixinha" de 10 por cento exigida de seus fornecedores.

E para terminar, a tentativa do PTB em abocanhar a CEASA pode ser considerada um mau exemplo de maus paranaenses, que num momento em que os governos estaduais fazem um esforço extraordinário para descentralizar a administração, pretendem atrelá-la mais fortemente à esfera federal. E prossegue: sendo um mau exemplo, na medida em que há um flagrante desrespeito à pessoa do Governador José Richa, que num gesto de austeridade e respeito ao dinheiro do povo extinguiu 34 diretorias de empresas públicas estaduais por serem absolutamente desnecessárias. Pois bem, os maus paranaenses do PTB que pretendem tomar a CEASA de assalto já anunciaram a criação de mais uma diretoria.

Foi profundamente lamentável trazer estes fatos ao conhecimento desta Casa, mas a obrigação de um representante do povo muitas vezes o leva a tratar de assuntos que cheiram mal e causam engulhos, como este protagonizado pelo PTB em nosso Estado."

Muito obrigado.

O Sr. Antonio Annibelli — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sérgio Spada. Estamos acompanhando seu pronunciamento e vendo que neste País ainda acontecem casuismos de finalmente de governos; governos sem povo.

E é o que está acontecendo com esse ex-tradicional Partido Trabalhista Brasileiro com que o meu pai foi Deputado, foi presidente no Paraná e que eu, desde pequenininho, aprendi a amar este partido que era o PTB

de Getúlio Vargas. Daquele grande Presidente da República que ficou marcado na memória e na saudade do povo brasileiro. De um Presidente que via nos trabalhadores o futuro da Nação e, foi Getúlio Vargas que criou o voto secreto, que deu o salário-mínimo, que criou a Petrobrás.

E este partido nos dias de hoje, infelizmente, já vendeu a figura de Getúlio Vargas. Este partido descaracterizado hoje a reboque do PDS e do Governo Federal anda querendo ainda subdividir aquele apoio que deu ao Governo Figueiredo e, que ontem nós víamos no "O Estado de São Paulo" de domingo, o atual presidente desmentindo o apoio à candidatura de Paulo Maluf.

Eles já venderam e não entregaram. Receberam o presente à troca de apoio, mas agora estão envergonhados anteendo a derrota a 15 de janeiro, através do Colégio Eleitoral, que Tancredo Neves será consagrado pela maioria do Colégio Eleitoral e que tem o apoio de 90 por cento da população brasileira. Eles já estão retirando o apoio ao Dr. Paulo Maluf.

E é esse mesmo partido e aqui vai o meu apoio também ao PDS que fizeram um acordo, mas eles não honraram o Partido Trabalhista de hoje, não o Partido Trabalhista de Getúlio Vargas.

E, hoje, estão querendo dividir a CEASA, a passar para o Governo Federal para tirar da CEASA esta autenticidade e este grande trabalho que eles vêm prestando.

E aí, que eu quero solidarizar-me com o vosso pronunciamento. Uma CEASA autêntica que trabalha, que distribui até alimentos comprados direto do agricultor.

Eles estão querendo fazer um cabide de emprego. Criar diretorias para acabar com a CEASA.

É por isso, Deputado Sérgio Spada, que eu quero solidarizar-me com vosso pronunciamento e dizer que nós esperamos que o PDS tome a iniciativa de não deixar ainda nestes 4 meses que lhe restam de Governo, porque, a partir de 15 de março nós, do PMDB, com Tancredo Neves, jamais deixaremos a CEASA passar às mãos da COBAL para que ela seja um cabide de emprego.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, nobre Deputado, e é lamentável que os magros votos do PTB basicamente se fez em São Paulo, diga-se de passagem. Votos obtidos em função do discurso da Oposição do PTB naquele Estado. Dado ao seu caro chefe que é o Sr. Jânio Quadros, esteja servindo de argumento ou de trunfo para que oportunistas hoje no PTB adotem posições tão maléficas ao Estado como o Estado do Paraná que soube repudiar e distinguir quem era o PTB de verdade e quem é esse PTB de hoje e de ontem, que concorreu em 1982.

O Sr. Antonio Annibelli — Deputado Sérgio Spada, eu

gostaria, aproveitando da sua boa vontade, de registrar, também, que havia esquecido, uma homenagem ao ex-Deputado Adalberto Daros, companheiro desta Casa, companheiro do PMDB que volta às fileiras de nosso partido, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, não concordando com a venda da memória de Getúlio Vargas e das tradições que ele muito bem representa pela tradição que tinha de seu pai, ex-Deputado Waldemar Daros, que nós tivemos a felicidade com apoio deste Plenário, de dar o nome de Waldemar Daros a este Plenário. Que se registre, também, a nossa solidariedade e as boas vindas ao ex-Deputado Adalberto Daros, que saiu desta negociação do PTB com o atual Governo Figueiredo.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Concedo aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, com muito prazer.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Com atenção, Sr. Deputado, estou acompanhando seu pronunciamento. Não quero entrar no mérito da questão da CEASA, da COBAL, mas apenas para registrar um fato em resposta ao aparte do meu nobre companheiro de Assembléia, Deputado Antônio Annibelli, quando diz também, que o PTB fez um acordo espúrio, com o PDS, nós acreditamos e as palavras de Vossas Excelências durante a campanha é que ligações partidárias fazem parte da democracia, tanto é que o PMDB, partido de Vossa Excelência perdeu as eleições no Rio de Janeiro e coligou-se com o PDT na composição da Mesa da Assembléia, em cargos que o Governador Leonel Brizola deu ao PMDB, Secretarias de Estado, e cargos de segundo escalão. O mesmo acontece em São Paulo, onde o PMDB venceu as eleições e deu cargos ao PT. Eu acho que isso faz parte do jogo democrático. A meu entender isso não faz parte de acordos espúrios, é a democracia que está avançando. É o nosso País que retoma o caminho democrático que tanto Vossas Excelências, como nós tanto pedimos. Agora quando se fala que o PTB votando no Deputado Paulo Maluf é espúrio, quer dizer que o PDT votando em Tancredo Neves não é espúrio, para vocês o remédio é correto e cura a doença, quando é do nosso lado o remédio dá disenteria, então não dá para entender essa democracia que Vossa Excelência aplica e que o nobre companheiro Antônio Annibelli também.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado Tércio Albuquerque, acordos com este feito entre PDS, PTB, feito às vésperas da aprovação de um Decreto Lei que tinha por objetivo único arrochar o salário do trabalhador ainda mais. Uma barganha evidente, clara. Composição é uma coisa, nobre Deputado, composição é uma coisa, barganha é outra totalmente diferente. Essa sim é a atitude que deve ser repudiada por todo político que se preza ao contrário de prestar apoio, dar solidariedade, inclusive este tipo de apoio que desprezamos devemos é condenar este tipo de coisa.

O Sr. Tércio Albuquerque — No Rio de Janeiro foi barganha também, porque o Governador Leonel Brizola necessitava de apoio do PMDB para resolver alguns projetos de lei, emenda à Constituição Estadual e foi necessário acertar com o PMDB.

O SR. SÉRGIO SPADA — Diga-se, de passagem, que foi o PTB com conchavismo no Rio de Janeiro que nós tanto condenamos.

O Sr. Ferrari Júnior — Concede-me um aparte, nobre Deputado Sérgio Spada? (Assentimento).

O Sr. Ferrari Júnior — Nobre Deputado Sérgio Spada, permite-me entrar nesse debate que Vossa Excelência faz com o brilhante Deputado Tércio Albuquerque; e eu não posso concordar com o Deputado Tércio Albuquerque, PTB surgiu sob uma imagem de que seria um Partido de Oposição. Se,

houve, por exemplo, no Rio de Janeiro um acordo entre o PDT e o PMDB, acho até um acordo natural, dois Partidos de oposição unidos contra o adversário comum, que é o Partido da Situação, que é o Governo, que no caso seria o PDS. A união do PTB com o PDS foi espúria sim, foi indecente, bem o disse o Senador Álvaro Dias, certa vez, que o PTB passou a ser um partido de aluguel, porque os seus defensores saíram à luta e foram para uma campanha; participaram das eleições de 1982 e diziam que era um partido de Oposição. Então, não há cabimento, não dá um casamento, partido de Oposição com partido de Governo.

Alguém poderia dizer, que a Frente Liberal do PDS está somando com o PMDB hoje, para eleger o Presidente da República. Eu diria que é um agrupamento, são pessoas que pertencem ou pertenceram ao PDS, que estão fazendo este movimento; nunca o PDS. O PDS não está somando com o PMDB buscando levar Tancredo Neves a Presidente da República.

Então, eu queria explicar: eu concordo com Vossa Excelência que o tal do PTB realmente morreu, e esqueceu de deitar. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que foi bastante esclarecedor. Na sequência, concedo o aparte ao nobre Deputado Orlando Pessuti, nosso Vice-Líder.

O Sr. Orlando Pessuti — Deputado Sérgio Spada, apartamos Vossa Excelência neste momento, apenas para trazer a discussão aquilo que nós sempre entendemos, como sendo a mão pesada do Governo Federal sobre os nossos Estados, e também sobre os nossos municípios. Ao longo de toda a nossa existência política, e também da existência política de companheiros nossos, temos podido observar a condenação desses nossos companheiros ao centralismo exagerado, ao centralismo até poderíamos dizer, selvagem.

E essa tentativa hoje, a COBAL, órgão do Governo Federal, em vir tomar a direção das CEASAS dos nossos Estados, é mais uma afronta, no meu entendimento, aos nossos Estados, aos nossos municípios até. É mais uma vez a mão pesada, a mão forte do Governo Federal se insurgindo contra os interesses maiores de nossos Estados, e até mesmo dos nossos municípios.

No caso do Paraná, especificamente, todos nós temos consciência e conhecimento, de que foi neste governo, no governo de José Richa, na administração do nosso companheiro Aírton Epinoti, que a CEASA do Paraná mostrou-se como uma entidade prestadora de reais e valiosos serviços à classe, não só produtora, mas também dos consumidores.

E vem neste momento, o Governo Federal, por seu pressuposto, hoje no Paraná, o Presidente da COBAL, tentar mais uma vez, levar para o centralismo, que nós já consideramos exagerado e demais, uma entidade que já está produzindo bons frutos, e dando certo com a administração do nosso Estado. Sempre foram os Estados, em que pese o controle acionário mais por parte do Governo Federal, que comandou as CEASAs. E no Paraná hoje, a nossa CEASA está dando certo, está indo bem, e vem a COBAL, e vem o Governo Federal, tentar surrupiar esse Poder, surrupiar de nós, os paranaenses, o direito de bem conduzirmos, com bem estamos fazendo, os destinos da Central de Abastecimento.

Fica, portanto, o nosso descontentamento por essa atitude, mesmo porque, comenta-se por aí, de que, quem assumiria a CEASA é o Sr. Egídio Assmann da cidade de Maringá, e pelo que nos consta e pelo que conhecemos, pelo convívio que temos com pessoas de Maringá, não seria até uma das pessoas mais recomendadas, até por aspectos ligados às suas faculdades mentais.

Fica, portanto, o nosso repúdio, a nossa posição contrária em darmos, à COBAL, o mando e a direção da CEASA do Paraná, hoje tão bem dirigida e tão bem conduzida no Governo José Richa.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, que deixa bem claro que, além de altamente filosófica a atitude do PTB, no Estado, é profundamente antiparanista, pois que está querendo tirar, das mãos do Governo do Estado e jogar nas mãos do Governo Federal, um órgão que hoje está sendo bem administrado pelo Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu aproveito esse minuto, nobre Presidente, para requerer que seja enviado aos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura e Líderes da Câmara Federal e do Senado Federal, cópia desse pronunciamento que acabo de ler nesse momento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Por 15 minutos, o Deputado Ferrari Júnior e por 15 minutos o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Por 15 minutos, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Uma das práticas utilizadas nos Tribunais do Júri é a de fugir do mérito das questões, na esperança de que a Promotoria se perca em contra-argumentações e não se atenha à prova dos autos.

Em política, a chamada “cortina de fumaça” também é muito utilizada para dar tempo ao tempo e serem esquecidas as questões primordiais com o correr dos dias. No esforço à “cortina de fumaça”, abre-se as baterias contra o opositor, para que esses se prendam em defesas e não contra-ataquem. Esta modalidade, via de regra, tem seu fruto exponenciado em administrações e lideranças inseguras não legitimadas, como se verificava até às eleições de 1982.

Aqui, no Paraná, os então detentores do mando político pela força de atos institucionais, hoje, opositores a governo legitimado e legalizado de acordo com os anseios populares, usam a abusam deste artifício na esperança de encobrirem as mazelas, peculatos e desmandos verificados no âmbito do

Governo Federal, governo este apaniguado com os filiados do Partido Democrático Social.

Neste Plenário, presenciámos inúmeras acusações contra o Governo José Richa, cujo efeito era o encobrimento das falcaturas verificadas na administração de Brasília.

E, dentre inúmeras e centenas de fraudes, podemos citar a verificada no IBC de Maringá, cuja notícia é estampada na primeira página do Jornal O ESTADO DO PARANÁ, e que passamos a ler.

Entre outras coisas, diz a matéria: “Deve superar facilmente 1 bilhão o desfalque descoberto recentemente no IBC, Instituto Brasileiro do Café, agência regional de Maringá, este evidentemente um órgão de Governo Federal, Governo Federal da “gloriosa” Revolução de Março de 64.

Desaparecimento de centenas de sacas beneficiadas, manobras nas pesagens e na classificação de tipos do produto, são algumas das irregularidades já descobertas pela Comissão de Inquérito, que começou a apuração, ontem de manhã, no armazém de Nova Esperança.

Toda a alta cúpula da autarquia, foi afastada sumariamente, inclusive o agente regional, a Eseron Rose Buhner. Nas portarias assinadas pela Presidência do órgão, sediado no Rio de Janeiro, aparecem como suspeitos de envolvimento três agrônomos e um economista, além de funcionários ocupando altos postos.

As informações são escassas. O agente interino, Administrador de Empresas Rafael Amauri Stresser, da Agência de Londrina, negou-se a receber a imprensa, limitando-se a autorizar a divulgação das portarias presidenciais divulgadas dia 8 pelo “Diário Oficial da União”.

Eu abro aspas: quantas vezes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós lemos na imprensa nacional, através do jornalista Adirson de Barros, criticando duramente, criticando veementemente Governo Federal, o IBC, o Embaixador Rainho, ex-Presidente do IBC, por falcaturas, por roubos, por corrupções praticadas no IBC. E, ninguém, nesta Pátria tentou levantar as denúncias do ilustre jornalista.

Caiu o Presidente do IBC um dia desses. Caiu porque não “malufou”, e não por ser punido. Mas as falcaturas do IBC começam a aparecer. Diz, ainda, matéria:

“Uma fonte do IBC confidenciou ao “Estado” que as irregularidades envolvem, basicamente, o armazém de Nova Esperança, com capacidade para seiscentas mil sacas. Além de seu administrador conhecido por Valdir, não foi revelado seu sobrenome; outros possíveis implicados estão afastados de seus cargos até o término do inquérito administrativo”.

Continua a notícia no “Estado do Paraná”, “São: agrônomos classe S, Gabriel Neves Calefi, Chefia da Divisão de Registro, Armazém e Estoques; inspetor de café classe A, Antônio Ortega Ortiz, Chefe da Divisão de Fiscalização, etc., etc.”.

O escândalo, de acordo com as informações disponíveis, não envolve apenas funcionários diretos da autarquia, mas, inclusive, cerealistas da Região de Nova Esperança, uma das grandes produtoras do Nortado Paraná e município, onde o contrabandista Manoel Riatto, mantinha seu quartel general através da Cerealista Regina. Ontem, a comissão de inquérito efetuava exaustivo levantamento no armazém de Nova Esperança, pesando saco por saco, para detectar problemas em relação a pesagens.

Um técnico da autarquia revelou que o agente

regional Eseron, que mora num apartamento de cobertura, no prédio onde funciona a agência em Maringá, ao descobrir as irregularidades, determinou imediata abertura de inquérito administrativo contra o encarregado do armazém envolvido.

E, agora, eu pergunto, Sr. Presidente e Srs.

Deputados: onde se encontram os arautos defensores do bem público, como costumam se cognominar os ilustres Deputados pertencentes à Minoria desta Casa? Como deixaram passar esta oportunidade de defenderem o bem público? Qual será a razão ou motivo desse mutismo? Qual a implicação que estava motivando este silêncio sepulcral? Talvez seja a vergonha de não poderem justificar ou explicar.

E, este fato não é isolado. Aqui mesmo, desta tribuna, há algum tempo já, eu tive a oportunidade de denunciar um desfalque verificado no IAPAS de Curitiba, e tive como resposta a voz calada de quem tinha a obrigação de defender ou de confessar o ato de peculato verificado. Pretendo inclusive, brevemente, voltar a denunciar o desfalque verificado no IAPAS aqui no Estado, onde inclusive o superintendente do IAPAS no Paraná tranqüilamente no seu cargo, não foi aga afastado nem durante o período em que levantamentos eram efetuados.

E a culpa das irregularidades encontradas, foram jogadas todas elas sobre um ex-funcionário do IAPAS, só que este ex-funcionário não pode se defender, não tem como se defender, já morreu.

Fizeram e fazem carnaval das coisas ocorridas no Governo do Paraná, mesmo após as medidas saneadoras, mas esquecem ou procuram esquecer de todas as formas os atos cotidianos da administração do seu Partido, que se caracterizam da forma usual, como este verificado em Maringá.

Vejamos o desdobramento do caso IBC, de Maringá. Fiquemos atentos para as medidas que serão tomadas. Certamente tudo ocorrerá como sempre ocorreu. Ficará perdido nos escaminhos palacianos, esperando que alguém morra para poder jogar a culpa, como aconteceu no caso do IAPAS do Paraná que eu denunciei, que a imprensa denunciou, e que ninguém do Governo ou do PDS manifestou-se.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, (Lê):

"Afiml, quem sou para julgar coisas assim... Letra de samba-canção, cantada nos botequins da vida pelos portadores da denominada "dor de cotovelo". E também, na política, temos os nossos "cotovelistas". Amados no passado e divorciados da realidade do presente, alguns parlamentares da Bancada Pedessista, tanto Federal quanto Estadual, ainda se encontram perdidos em suas afirmações. Falta-lhes comando, direção, discernimento e, porque não afirmar, bom senso. Ainda ontem, em nossa Sessão Plenária, o Deputado Artagão de Mattos Leão rebatia as afirmações do Deputado Federal Renato Johnsson, quando este afirmou, em nota jornalística, que o turismo para a cidade de Foz do Iguaçu estava paralisado pela total falta de policiamento, chegando a solicitar a interferência da polícia rodoviária federal. Ora, falta de policiamento representa falta de viaturas, de armas, de instalações policiais, de munição e de

pessoal. E essas tantas faltas são compensadas apenas pelo enorme esforço pessoal dos Senhores Delegados de Polícia de todo o nosso Estado, esforço esse ligado à experiência adquirida no passado, quanto a força policial, tanto civil quanto militar, era obrigada a trabalhar orientada unicamente pelo faro, característica primordial para o bom policial, pois inexistia apoio logístico e técnico.

Portanto, o Deputado Federal Renato Johnsson se preocupou quando soube da continuidade dos assaltos, porque tinha como paradigma a atuação do Secretário de Segurança nos tempos do Governo Ney Braga, e, por puro esquecimento, não se lembrou que os tempos são outros.

Entretanto, não parece ser esta a preocupação do senhor Líder do PDS quando, de forma atabalhoada se contrapôs em relação à Mensagem Orçamentária referente às verbas de vários gabinetes de Secretarias e, em citação direta, ao da Secretaria de Segurança. O Senhor Líder da minoria afirma, em reportagem, jornalística que os gastos com o Gabinete da Segurança subiram 2.450 por cento em relação aos gastos de dois anos atrás, e que tal verba deveria ser dirigida para o assentamento dos sem terra.

Temos, então, duas afirmações, duas preocupações, duas tendências: uma, do Deputado Federal, outra do Deputado Estadual. Onde se encontra o comando desse Partido, que não intervém em suas representações, ao menos para unificarem os reclamos, perdido no emaranhado de papéis da campanha do Senhor alu Maluf, ou simplesmente perdido de horizontes, acreditando nada mais poder fazer, perante tamanha divisão, e vendo se aproximar o fim do seu Partido?

Mas, fazendo um pequeno esforço, podemos, desta tribuna, dar as explicações necessárias às duas correntes oposicionistas:

Em 1983, a dotação inicial era de Cr\$ 95,4 milhões, e a despesa executada foi de Cr\$ 297,7 milhões, dos quais Cr\$ 105,9 milhões em PESSOAL, Cr\$ 26,4 milhões em OUTROS CUSTEIOS e Cr\$ 165,4 milhões em CAPITAL: as despesas em PESSOAL e OUTROS CUSTEIOS tiveram desenvolvimento normal. O acréscimo considerável foi em CAPITAL, já que a dotação inicial era de Cr\$ 1 milhão e a despesa efetivamente executada totalizou Cr\$ 165,4 milhões. Tal acréscimo foi motivado por dois fatores: a conclusão do Ginásio de Esportes da Academia Policial Militar do Guatupê e a aquisição de viaturas para o Corpo de Bombeiros.

Já em 1984, a dotação inicial era de Cr\$ 854 milhões, e estima-se a despesa em Cr\$ 1.28 bilhão, sendo Cr\$ 309,2 milhões em PESSOAL, Cr\$ 187 milhões em OUTROS CUSTEIOS e Cr\$ 785 milhões em CAPITAL. As despesas em PESSOAL terão desenvolvimento normal, com acréscimo de 192 por cento sobre a realizada em 1983. As despesas em OUTROS CUSTEIOS serão ampliadas acima dos índices inflacionários, motivadas pela contratação de pessoal técnico. As despesas em CAPITAL, estimadas em Cr\$ 785 milhões, terão aumento de 374,6 por cento sobre a realizada em 1983. Tal aumento deve-se a aquisição de 57 veículos, 36 rádios VHF, armamento, munição, móveis e equipamentos para a "Operação Cooperativas"; aquisição de 22 veículos para Delegacias do Interior do Estado; aquisição de 25 rádios VHF para a Polícia Militar; início da construção das Delegacias de Polícia em Altamira do Paraná, Boa Vista da Aparecida,

Mandirituba e Cantagalo; aquisição de móveis e equipamentos para os organismos policiais; aquisição de material para a conclusão do Posto de Guarda-Vidas. em Matinhos; realização de Curso de Treinamento e reciclagem de pessoal pela FIDEPAR.

Para 1985, a dotação em PESSOAL totaliza Cr\$ 626 milhões; a dotação em OUTROS CUSTEIOS será de Cr\$ 1 bilhão e 100 milhões, dos quais Cr\$ 800 milhões serão destinados ao Sistema de informações da SESP, envolvendo processamento de dados. Tal sistema será interligado ao SAR — Sistema de Acompanhamento de Realizações (Casa Civil) e gerará sistemas próprios: Centro de Operações Conjuntas, Operação Carreteiro, Defesa Civil, Controle de material da SESP, todos de grande importância para a agilização das ações da Secretaria de Segurança Pública. A dotação em CAPITAL, para 1985, será de Cr\$ 653 milhões. A quase totalidade dessa importância ficará alocada na conta de Investimentos de Regime de Execução Especial, e será destinada à realização de outras operações especiais, bem como atendimentos emergenciais na área da Secretaria. Cumpre, destacar, que a utilização desses recursos dependerá de prévia aprovação de Plano de Aplicação pelo Secretário do Planejamento.

Pelos dados supramencionados, observa-se que, efetivamente, a dotação orçamentária prevista para 1985 será 2.392,3 por cento superior à dotação inicial de 1983 e 178,6 por cento superior à de 1984. Percebe-se claramente que, evoluindo a prestação de serviços, forçosamente os índices têm que subir; e se fizermos a comparação pura e simples, percebemos que o índice de crescimento orçamentário não atinge os índices de inflação do Governo do PDS (Aqui, cabe uma ressalva: não sabemos se é o PDS que se encontra no Governo, ou se é o Governo que adotou o PDS...)

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados: com os índices orçamentários constantes da Mensagem Orçamentária e com a explicação que acabamos de reanuzar, onde se encontra espaços para “mordomias” ou despesas “supérfluas”, como afirma o Líder do PDS?

E volto a indagar, Senhor Presidente: como combater criminalidade, senão com desenvolvimento técnico, treinamento de pessoal, investimento de carceragem, viaturas, armas e munições? Gostaríamos que o Deputado Renato Johnsson dissesse alguma coisa a respeito, ao Deputado Líder do PDS nesta Casa.

E, fico, a imaginar o que não dirá a população, ao saber que a Oposição, no Paraná, se encontra “que nem jagunço no meio de tiroteio”, atirando para todo lado, na esperança de acertar alguém...

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Votar-se-á hoje, em primeira discussão, a lei mais importante do presente exercício, a Lei Orçamentária. Trata-se da oportunidade que têm os nobres Parlamentares de interferirem no processo administrativo do Estado do Paraná.

A Bancada do PDS, diligente no cumprimento do seu dever, que lhe foi outorgado pelas urnas de 1982, apresentou quase uma milhar de emendas para que

pudéssemos, neste Plenário, analisá-las.

Os homens do Governo, na Comissão de Orçamento, com parecer do douto Deputado Aníbal Khury, houveram por bem voltar pela sua rejeição.

Apresentaremos à consideração deste Plenário um pedido de destaque para cada uma das emendas apresentadas, de tal sorte, que possamos colocar em xeque a pregação dos oposicionistas de hoje e dos oposicionistas de ontem, e dos diligentes Governistas de hoje. E as emendas que apresentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendem devolver a este Poder um pouco da sua capacidade de interferir na administração pública estadual.

O PMDB na Oposição votava sistematicamente contra os pedidos dos governos anteriores, que possibilitavam ao Executivo até o limite de 25 por cento, estabelecer crédito suplementar.

Os ilustres Secretários Nelson Friedrich e Deni Schwartz, eram assíduos na tribuna, para condenar os dispositivos das leis orçamentárias de 74 a 82.

Hoje, no governo, e o pior chicote para o ser humano, é a sua própria palavra, eles ao invés de solicitarem os 25 por cento que condenavam, elevam esse percentual à taxa de 30 por cento.

Pois bem, no ano passado conseguimos, a Bancada do PMDB e do PDS, reduzir este limite para 15 por cento e hoje esta Assembléia Legislativa, está apreciando pedidos no valor de 296 bilhões de cruzeiros, equivalente a 25 por cento do orçamento deste exercício, para os créditos extraordinários e suplementares que o governo e que o Poder Executivo está solicitando.

E se nós analisarmos o pedido, eminentes Senhores Deputados, vamos verificar que quando há interesse governamental em premiar determinado órgão, como a Secretaria de Transportes e a Comunicação Social, o pedido governamental vem redigido mais ou menos nos seguintes termos:

“Solicita-se 18 bilhões de cruzeiros para a Secretaria dos Transportes, para o atendimento de diversos programas em execução naquela Secretaria.”

Ora, esta redação é para mais uma vez iludir a a opinião do Parlamento Estadual, pois que, se realmente o Governo fosse transparente, se realmente o Governo do Estado quisesse dizer à população paranaense onde está sendo gasto os seus recursos, o normal seria que nas mensagens governamentais a esta Casa, se especificasse qual o trecho de estrada, qual ponte, qual programa de asfalto, a baixo custo, seria executado com os recursos que o Governo do Estado solicita àquela Secretaria.

Lamentavelmente, o Governo do Estado está agindo pior que os governos passados, isto é, não aceita o limite de 15 por cento que o PMDB pregava no passado; exige um limite de 30 por cento e quer mais, quer deixar de dizer ao Parlamento Estadual aonde, em quais rubricas, em quais programas de ação estão sendo executados ou irão os recursos solicitados.

E eu alerto aos eminentes companheiros da Bancada da Oposição, que esta estratégia peemedebista deve levar a mesma situação do ano passado, onde ocorreu excesso de arrecadação, e o então Secretário Erasmo Garanhão, resolveu distribuir, qual Papai Noel de Natal, quase 3 bilhões de cruzeiros. E como foram distribuídos esses recursos? 93 por cento para os Prefeitos do PMDB; e apenas 7 por cento para os administradores filiados ao PDS. Pois bem, este ano, provavelmente, vai ocorrer a mesma coisa. O Governador José Richa, lança mão das mensagens, pedindo crédito

extraordinário. E fica com o limite de 15 por cento autorizado na Lei Orçamentária e ao final do ano, do excesso da arrecadação, fruto do trabalho e do labor da gente paranaense, Sua Excelência apropria-se desses recursos e passa a distribuí-lo no Paraná, a seu bel-prazer. Este é o aspecto sério, que deveria ser analisado nos seus mínimos detalhes, que com toda a acuidade, por todos os parlamentares desta Casa. Pois que, nós temos agora, na análise e na aprovação da Lei do Orçamento, a possibilidade de dizer alto e bom som: este Governo que aí está e que veio para mudar, realmente mudou no Paraná; mudou, alterando a mais, as taxas das mordomias e as verbas de representação dos gabinetes dos Secretários e do próprio Governador do Estado. Estão a perfilar nas notícias de jornal, diariamente, a comunicação de que o Governo do Estado na pessoa do seu Governador, está a passear pelo Brasil, usando um verdadeiro tapete voador, para tal qual Kalifa, das noites mágicas, poder fazer política e proselitismo para o seu candidato, esquecido que a obrigação primeiro do homem público sério é resgatar o compromisso que assumiu na época da eleição. E se nós analisarmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quaisquer aspectos do Orçamento, vamos verificar que a peça orçamentária é a prova da mentira peemedebista. Acusavam o Governo passado de ter deixado um déficit de 80 milhões, porque na Lei Orçamentária, havia autorização para realização de empréstimos até aquele montante. Pois bem, e este ano, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Quanto o Orçamento prevê para operações de crédito? 800 milhões de cruzeiros. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é evidente que aquilo que era errado para o PMDB na Oposição, hoje passa a ser certo. E mais do que isso, o PMDB ao invés de ficar nos limites do razoável, para que Sua Excelência o Governador possa administrar com sua equipe de trabalho, ele passa a desconsiderar este Poder; a desconsiderar a sua palavra empenhada com a população paranaense. E manda à esta Casa, a Mensagem Orçamentária, que é na verdade, o enterro de todas as promessas de se realizar, aqui no Paraná, uma administração voltada para o sentido social.

E nós podemos afirmar isto, desta tribuna, sem receio de que os arautos palacianos venha a esta Casa, com discursos adrede preparados, nos porões da subchefia da Comunicação Social, ou nos gabinetes dos iluminados e dos príncipes da administração estadual. Pois que, é fácil manusear o Orçamento e verificar que não existe um programa que possibilite a geração de novos empregos no Paraná.

Se nós abstraímos os programas do BIRD e os programas do pró-rural e de eletrificação rural que estão em execução em diversos municípios do Paraná, pois que, foram programas já alinhavados, já costurados, já previstos pelo Governo passado, qual outro programa que o Governo peemedebista trouxe para o Paraná?

É o desafio que lanço a esta Casa.

Digam por favor ao Paraná qual o programa que o PMDB implantou e que tenha reflexo em termos sociais de geração de emprego ou de geração de tributos ou da criação de melhores condições de vida para a gente do nosso Estado? Nenhuma.

Apenas o que nós observamos é um Governo extremamente ágil em responder às justas solicitações dos funcionários públicos, iludindo também esta classe, pois que na campanha prometera 13.^o integral e deu meia-sola.

Pois que na campanha prometera dar o reajuste de acordo para o salário dos funcionários públicos, de acordo com o INPC e hoje nós podemos testemunhar com base em dados irretorquíveis que o Governo do Paraná está deixando de dar 39 por cento da variação do INPC para o funcionalismo público, de tal sorte que possa ao economizar 37 por cento ao longo de um ano e oito meses de Governo, financiar ao final de cada exercício a chamada gratificação natalina, significando dizer que o Governo está ficando com o dinheiro do funcionário e ao final do, ano, demagogicamente diz que oferece o décimo terceiro, quando na verdade dá apenas uma gratificação natalina, que não corresponde aos 39 por cento do INPC que deixou de dar ao funcionalismo público estadual seja celetista ou efetivo.

Não cumpre, portanto, o Governo, nenhuma das suas promessas. Ilude o funcionalismo e ilude a população obreira do Paraná.

Vamos analisar a despesa por exemplo.

Se promessa é dívida, para Richa este provérbio não vale.

O Orçamento retrata pelo menos a vontade do Executivo e conforme os números do Orçamento, Richa não tem qualquer vontade de pagar as promessas que fez.

É o que vamos demonstrar em seguida.

O Governador e seus seguidores querem que o Paraná acredite que fazem um Governo de austeridade e combate ao desperdício.

Vamos supor que fosse verdade.

Se verdade fosse, seríamos os primeiros a concordar que nos dispêndios com pessoal seria impossível de fazer economia, pois com a inflação em ascendente desenfreada e com o custo de vida aumentando vertiginosamente, não é possível poupar despesas com pessoal, pois estes gastos, na linguagem dos técnicos, são incompreensíveis. Vejamos, entretanto, a evolução nas dotações destinadas ao pagamento de pessoal, em 83 foram gastos 229 bilhões conforme os dados do próprio Governador José Richa, na Mensagem de 1984, e para o Orçamento de 1985 prevê-se um dispêndio de um trilhão, novecentos e treze bilhões de cruzeiros, indicando um crescimento de 735 por cento, em dois anos.

É estranho que nos gastos com pessoal aumente-se 735 por cento e as despesas gerais do Estado passem de 424 bilhões em 1983 para quatro trilhões, trezentos e setenta e um bilhões, em 1985, com um aumento de 930 por cento, nos dois anos.

Estranho porque o crescimento dos gastos gerais são muito maiores dos que os gastos de pessoais. Isto é, as verbas para a manutenção da máquina administrativa, para comprar clipes, papel e etc. sobem 930 por cento, enquanto que as despesas de pessoal sobem apenas 735 por cento. Então cabe a pergunta, se o Governo José Richa está gastando com pessoal, porque gasta a menos com esta importante tarefa do Estado.

Os arautos palacianos com certeza tentaram a opinião pública, dizendo que tais gastos se verificam nas obras ou no pagamento das dívidas. Se o fizerem, estarão mentindo mais uma vez, pois desde que assumiram o Poder é o que melhor fazem.

Ainda há pouco, o diligente Deputado Tadeu Lúcio Machado preocupado com a denúncia que fiz, que neste Estado a verba de representação, isto é a verba de mordomias no gabinete do Secretário Luiz Haj Mussi havia subido em torno de 1.000 por cento, pretendeu defender aquele Secretário ao afirmar que desta verba

total, 600 milhões ficariam como reserva, e que esta reserva seria usada em despesa de capital, e não em despesa de custeio.

Lamento que não tenham contado a verdade completa para o Deputado Tadeu Lúcio Machado. Porque, se tivessem dito a Sua Excelência a verdade, isto é, que esta reserva é permanentemente usada para as despesas de custeio, e não de capital, Sua Excelência não teria praticado a heresia de defender a verba da mordomia do Gabinete do Secretário de Segurança, enquanto que no nosso Estado, o que faz muita falta para a nossa população, é exatamente a segurança, segurança efetiva, pois que, no nosso Estado, nós estamos vivendo os índices mais alarmantes de falta de segurança, com roubos de veículo, com assalto à mão-armada, e o Governo que vinha para mudar, só fez piorar a Segurança Pública Estadual.

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Deputado, eu acredito que, se estou desinformado, Vossa Excelência também está. Porque, revendo os órgãos de imprensa, que cobrem a área policial, em todo o Estado do Paraná, nós tivemos a felicidade de constatar que nos anos de 1983/84, portanto, no biênio governado pelo Governo democrático de José Richa, o índice de criminalidade, guardadas as devidas proporções, caíram, para satisfação de todos nós, e, acredito, para satisfação de Vossa Excelência.

Entretanto, Vossa Excelência tem-se demonstrado um Deputado aguerrido, tem-se demonstrado um Deputado realmente preocupado em fazer Oposição ao Governo Richa. Mas, para satisfação nossa, esse seu trabalho tem tido o objetivo necessário, porque, a cada vez que Vossa Excelência vai à tribuna, o índice de popularidade do nosso honesto, decente e honrado Governador, cresce ainda mais. E, hoje, é o segundo do País, e será o primeiro, tenho certeza. E, espero que Vossa Excelência continue aguerrido, lutando na tribuna, porque eu me acostumei a traçar a permanência de Vossa Excelência na tribuna, como um termômetro. A cada crítica, o índice de popularidade do nosso Governador e do nosso Partido, cresce. E eu quero ver sempre esse termômetro criticando, para termos certeza que o índice estará crescendo.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vou apenas responder para o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Eu não tenho a presunção de ser tão bem informado quanto Vossa Excelência. Não tenho porque não possuo a facilidade com que Vossa Excelência tem de transitar nos gabinetes palacianos. Não tenho, porque não recebo correspondências dos Secretários de Estado, rebatendo as minhas críticas. E Vossa Excelência as recebe. E Vossa Excelência, diligente como é, procura trazer a versão dos Secretários a esta Casa.

Vossa Excelência é uma porta-voz, portanto, autorizado.

Eu, na modéstia do meu trabalho parlamentar, apenas procuro analisar os dados oficiais que me chegam às mãos, e as análises que faço, são os números. Comparo os dados explicativos das mensagens governamentais encaminhadas a esta Casa, por dever constitucional.

Analisar os dados do Orçamento, sem a preocupação de adivinhá-los, ou de fazer o que se fez neste Orçamento de 1984.

E se Vossa Excelência entende que a cada vez que venho à tribuna cresce o índice de popularidade do Governador José Richa, eu lhe faço uma proposta: irei todos os dias à tribuna da Assembléia, falarei sem me cansar, até ficar rouco, aqui ou nas tribunas que se me abrirem, se o Governador José Richa fizer uma coisa: parar de gastar verdadeira fortuna que gasta do dinheiro do povo, para a sua autopromoção pessoal. Nunca houve no Paraná, um governo que jogasse tanto dinheiro fora, na promoção pessoal, e não tentem dizer, para me intrigar com a imprensa do Paraná, que é dinheiro para a promoção das realizações oficiais do Governo. Não, esses eu acho, o Governo tem a obrigação de investir neste setor; mas, o que se vê no Paraná é uma verdadeira mistificação com o Governo despejando bilhões de cruzeiros, Sr. Presidente, bilhões de cruzeiros que faltam ao Governo do Estado para executar obras, como as necessárias no setor da Educação.

Mas, sobram nos porões da Casa Civil, para gastar em campanhas publicitárias personalíssimas, sem concorrência pública, ao arripio da lei e da moralidade pública neste Estado.

Se nós analisarmos, Sr. Presidente, a evolução das verbas de despesa com gastos ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado, e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concluo num minuto, Sr. Presidente.

82 — a verba de Comunicação Social era de 420 milhões;
83 — três bilhões e duzentos milhões.

Em 1985, pasmem os Srs. Deputados, mais de 30 bilhões de cruzeiros, que vão ser gastos para a promoção do Chefe Peemedebista do Paraná, José Richa.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa com base na Resolução 2/71 abre prazo por três dias consecutivos, a contar do dia 19 do corrente mês, segunda-feira, para oferecimento de Emendas à Proposição 204/84, proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Nilso Sguarezi.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 260/84. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/84, que aprova a PROPOSTA DO ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL, para o Exercício Financeiro de 1985. Com parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FAVORÁVEL ao Projeto e pela rejeição das EMENDAS, por unanimidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) —

Solicito destaque, Sr. Presidente, às emendas, de acordo com o requerimento que está chegando às mãos da Presidência neste instante, devidamente apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa

ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, que as emendas que Vossa Excelência a elas pede destaque, através de requerimento de sua autoria, só serão objeto de discussão e apreciação, por ocasião da 2a. discussão do projeto em pauta.

A Mesa comunica que recebe requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, regimentalmente apoiado, que requer, com base no Artigo 7º combinado com o Artigo 9º, no seu parágrafo único, todos da Resolução nº 1767, de 11 de outubro de 1967, a votação em Plenário, das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 252/84, Proposta Orçamentária para o Exercício de 1985, e rejeitadas pela Comissão de Orçamento.

Em votação o Projeto de Lei nº 252/84, que trata do Orçamento anual.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar) —

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em razão da análise que fiz da tribuna da Assembléia, dos dados que estão sendo exaustivamente demonstrados ao povo do Paraná, a Bancada do PDS não pode aceitar o Orçamento, da forma proposta. Lamentavelmente, se aprovarmos o Orçamento na sua totalidade, oriundo do Poder Executivo sem sequer uma emenda haver sido analisada com maior acuidade, nem mesmo aquela que reduz de 30, para 15 por cento a possibilidade de o Governador, através de Decreto, suplementar verbas orçamentárias, e nem aquela outra, Sr. Presidente, que obriga as empresas de Economia Mista, as Paraestatais, as poderosas COPEL, SANEPAR, de encaminharem o seu orçamento a esta Casa, não é possível, em razão disto, Sr. Presidente; além das outras emendas, como a emenda de autoria do eminente Deputado Edgard Pimentel, que procura fazer com que o Governador José Richa realmente cumpra aquilo que prometeu à população do Oeste do Paraná, que era, oferecer mensalmente, a título de subsídio à Faculdade de Cascavel, 1 milhão de cruzeiros, e que, lamentavelmente, nós, ao compulsarmos o Orçamento, verificamos que a promessa fora esquecida. Em razão disto, a Bancada do PDS votará contrariamente à peça orçamentária enviada à esta Casa, lamentando apenas que, apesar do brilho do parecer do eminente Deputado relator Anibal Khury, este Poder se curva mais uma vez, e desta vez, Senhor Presidente, sem nenhuma discussão mais acurada, integralmente à vontade do Poder Executivo. Por isto, ocupo a tribuna, neste momento, para declarar o voto contrário da Bancada da Oposição do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação o projeto. — **Aprovado.**

Atendendo o requerido pelo Sr. Deputado Eduardo Baggio, aprovado pelo Plenário, está em 2a. discussão o

Projeto de Lei no 260/84.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 260/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até 15.03.87, o prazo previsto no art. 137, da Lei nº 7.051, de 04.12.78, que estipulou o prazo de 6 anos para que os cargos de provimento em comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com parecer FAVORÁVEL da C.R.H., ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

4s. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 254/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova redação ao Artigo 25, da Lei nº 7.811, de 29.12.83, conforme especifica. (TAXAS DE SERVIÇOS DO DETRAN). SEM PARECERES COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário de números 01 e 02, de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, devidamente apoiada, bem como de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 254/84, DE Nº 01

Substitua-se o texto original do Projeto de Lei nº 254/84, pelo seguinte:

Art. 1º — Os valores das taxas de serviços do DETRAN do Estado do Paraná, fixados pelo artigo 25 da Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, aplicados até 31 de outubro de 1984, ficam mantidos até 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1984. (aa) NILSO SGUAREZI e ERONDY SILVÉRIO.

Apoioamento:

Francisco Escorsin
Anival Khury
Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva Geral tem por objetivo manter nos valores atuais a cobrança das taxas de serviços do DETRAN, a fim de que esta Assembléia Legislativa possa avaliar e complementar os estudos necessários para a reformulação da lei que rege a matéria, procurando conciliar os interesses do Departamento Estadual de Trânsito com os dos usuários de seus serviços.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 254/84 DE Nº 02

Acrescente-se Art. 1º, o seguinte parágrafo:

PARÁGRAFO ÚNICO } As importâncias arrecadadas e destinadas a programas de assistência ao menor, nos termos do Art. 4º, da Lei 7812, de 29 de dezembro de 1983, serão depositadas no Banco do Estado do

Paraná, em caderneta de poupança individualizada, sob o título "Programas de Assistência ao Menor", até que seja regulamentada sua aplicação.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoioamento:

Homero Oguido
Roberto Requião
José Antônio Fonseca
Dirceu Manfrinato
Sérgio Spada.

JUSTIFICATIVA:

Procura-se desta maneira dinamizar o recolhimento e aplicação das importâncias destinadas à programas de assistência ao menor.

Em votação as emendas de Plenário.— Aprovadas.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 175/84, (ex-Proposição n.º 157/84) que aprova nos Termos do Art. 5.º, da Lei n.º 7.772, de 13.12.83, as contas das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, conforme específica, oriundas de Orçamento Próprio, para o exercício de 1984.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. 112, de 29.10.84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, que dá nova redação ao Art. 12, da Lei n.º 4.335, de 10.01.61. (FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS DO DEPARTAMENTO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — D.I.O.F.)— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 28/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 12, ad Lei n.º 4.335, de 20 de janeiro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 — Aos funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, admitidos nos cargos de Técnicos em Artes Gráficas, Tipógrafo Paginador, Impressor, Linotipista e Auxiliar de Artes Gráficas, antes de 1.º de fevereiro de 1962, posteriormente transformados pela Lei n.º 7.424/80, que contarem com mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em função gráfica, considerada insalubre, fica assegurada aposentadoria com vencimentos integrais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 27/84, que dá nova redação ao Artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, na forma que especifica. (TRANSFERÊNCIA TERRITORIAL NÃO PODERÁ SER FEITA NO ANO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS).— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, (Mensagem n.º 191/84), que objetiva dar nova redação

ao art. 179, da Lei Complementar n.º 14, de 26.05.82 (ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ), com vistas a estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis, conforme específica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 235/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 179, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, alterado pela Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 179 — Os proventos de inatividade dos servidores policiais civis serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições.

§ 1.º — Observado o contido neste artigo, nenhum policial civil inativo poderá ter os seus proventos de inatividade inferior ao vencimento e vantagens da classe correlata àquela em que foi aposentado, ressalvados os casos, de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

§ 2.º — Nos casos em que as denominações das carreiras tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face aos requisitos exigidos pelas respectivas Leis que estabeleceram tais modificações.

§ 3.º — O disposto, neste artigo aplica-se aos servidores já aposentados, ficando-lhes assegurada a melhor retribuição entre a decorrente desta lei ou até então vigente.

§ 4.º — Os servidores policiais civis inativados por força do previsto no artigo 2.º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1983, serão beneficiados pelo disposto neste artigo desde que não tenham ingressado no Quadro Suplementar da Polícia Civil à época da inativação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 169/84, (Mensagem n.º 139/84), que objetiva alterar dispositivos das Leis n.ºs 5.940, de 08.05.69 e 5.944, de 21.05.69, nas partes em que versam sobre concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado, conforme específica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 171/84, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE KALORÉ", com sede no Município de Kaloré.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/84, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE", com sede e foro no Município de Arapongas.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 187/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES", com sede nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 191/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO SANTO AGOSTINHO — Ensino de primeiro e segundo Graus", com sede e foro no Município de Palotina.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 194/84, (Mensagem n.º 153/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, imóvel situado à Praça da República, havido pelo Estado, conforme parte da transcrição n.º 899/506, às fls. 147, do Livro n.º 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 195/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA — AMOSE", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 214/84, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretarias das Finanças, doar a entidades assistenciais, os bens apreendidos pela fiscalização da Coordenação da Receita do Estado e não reclamados por seus legítimos proprietários, após a expiração do prazo legal, conforme especifica.— **Aprovado. (Publicado no DA. 82, de 05.09.84).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 224/84 (Mensagem n.º 177/84), que objetiva alterar o Anexo I - RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS, previsto no art. 2.º, da Lei n.º 7.074, de 21.11.78, conforme modificações já introduzidas pelas Leis n.ºs 7.638, de 10.09.82 e 7.815, de 29.12.83, conforme especifica.— **Aprovado. (Publicado no D.A. 84 - de 10.09.84).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 246/84, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor "HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO", conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 268/84, (Mensagem n.º 208/84), que altera o vigente orçamento da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, no valor de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão, quinhentos milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial tem por objetivo atender despesas com o Controle da Erosão no Estado do Paraná.— **Aprovado. (Publicado no D.A. 113 - de 30.10.84).**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que estabelece critérios de semestralidade para o reajuste das taxas referentes aos serviços públicos estaduais e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com parecer FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.—

Ao referido projeto, Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI N.º 24/83

Art. 1.º — As taxas e tarifas referentes a prestação de serviços públicos estaduais, devidas pelos usuários, somente poderão sofrer reajustes semestralmente.

Parágrafo único — As tabelas reajustadas serão publicadas no Diário Oficial de Estado e nos órgãos de divulgação da imprensa, trinta (30) dias antes de sua vigência.

Art. 2.º — Os juros referentes às multas devidas pelo atraso no pagamento das taxas e tarifas de serviços públicos estaduais, não excederão os legais.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

Apoiamento:

Hermas Brandão.

Artagão Mattos Leão.

Caíto Quintana

Tadeu Lúcio Machado

Amélia Hruschka

Augusto Carneiro

Gilberto Carvalho.

Em discussão o projeto e o substitutivo.— Em votação o Substitutivo.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. E com parecer FAVORÁVEL da C.E. à EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 106/84

"suprima-se o § 2.º do art. 1.º"

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

Apoiamento:

Augusto Carneiro

Basílio Zanusso

Amélia Hruschka

Tadeu Lúcio Machado

Caíto Quintana

Ivan Gubert

Hermas Brandão

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a Emenda.— **Aprovada.**

Em votação o Projeto.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "CLUBE DAS MÃES", com sede e foro no Município de Chopinzinho. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/84, de

autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO SANTO ANTÔNIO", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/84, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA", com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.J.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/84, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DOS SURDOS E MUDOS", com sede e foro na cidade de Umuarama. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banestado S.A., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado entre as esquinas das ruas 7 de Setembro e Barão do Rio Branco, na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300,00 m², conforme transcrição n.º 9.083, do Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206/84, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS — ARA", com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 166/84), que objetiva instituir, para os cargos de que tratam os Art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17.12.80, e Art. 10, da Lei n.º 7.517, de 05.11.81, (PROFESSORES REGIONALISTAS E PROFESSORES SEM HABILITAÇÃO), 11 (onze) referências, na forma que especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218/84, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ", com sede e foro no Município de Paranaguá. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 266/84, de

autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO "SYDNEY ANTÔNIO", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 124/84), que objetiva estabelecer em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação e cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná pela execução dos serviços do Registro do Comércio, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. E com parecer FAVORÁVEL da C.F., por maioria.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 178/84), que objetiva criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. E com pareceres FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de votação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós declinamos do pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa irá proceder a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa quer esclarecer, ilustre Deputado. O Deputado Orlando Pessuti pediu a desistência da chamada nominal e Vossa Excelência requer novamente a chamada nominal.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Novamente a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs.

Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

44 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Antes porém, a Mesa comunica o recebimento de requerimento da lavra do Sr. Deputado Hermas Brandão, que requer retirada de sua assinatura no requerimento que solicita destaque às emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento.

Para conhecimento da Casa, a Mesa passa a ler o teor: "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja retirada a sua assinatura do requerimento que solicita destaque a emendas apresentadas ao Projeto de Orçamento".

Nestas condições, a Mesa indefere e devolve ao autor, para possível complementação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa indefere e devolve ao autor, para possível complementação.

Está em votação o Projeto de Lei 229/84. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Estamos em processo de votação. A Mesa já concede a palavra, pela ordem, atendendo Vossa Excelência.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Solicitamos que a Presidência nos esclareça quanto à questão de ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, haja vista, que o mesmo se encontra compondo a Mesa dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O Deputado Luiz Alberto, que requereu a chamada, está votando e sendo computado o seu voto.

27 Srs. Deputados aprovam, dois Srs. Deputados rejeitam. — Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 207/84), que visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (um bilhão, novecentos e quinze milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

27 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. — Está aprovado o Projeto, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Luczyszyn, ocorrido no dia 5 de novembro do corrente ano, no Município de Araucária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tadashi Maeoka, ocorrido no dia 8 de novembro do corrente ano. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Antonio Faria, ocorrido no dia 4 de novembro do corrente ano, nesta Capital. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ary Amaral Tavares, ocorrido no Município de Ponta Grossa. Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 33.º aniversário de emancipação política e econômica do Município de Cascavel. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 311/84, de autoria do Poder Executivo, que altera o orçamento da EMOPAR, com o objetivo de dar o respaldo legal para ampliação dos serviços da empresa, e n.º 316/84, de autoria do Poder Executivo, que altera os orçamentos atuais da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e da Fundação de Ciências Econômicas de Apucarana. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 146, 172, 236, 241 e 309/84. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 51/84, de sua autoria, que concede o título de cidadão honorário do Paraná, ao Sr. Antonio de Campos Tapajós. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 225/84, que estabelece critérios para o expediente de funcionários eleitos para presidência de associações de classe. — Aprovado. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 302, 310, 311, 312, 313, 314, 315 e 316/84. — Aprovado. — À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando **dispensa** de publicação da redação final, do Projeto de Lei Complementar n.º 27/84, bem como dos Projetos de Lei n.ºs 169, 171, 186, 187, 191, 194, 195 e 246/84.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Ministro das Comunicações, pela concessão do Canal de Rádio FM Ilha do Mel, no Município de Paranaguá, a profissionais efetivamente especializados no ramo.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do segundo grau na Escola Moacir Teixeira, no conjunto Maria Cecília, no Município de Londrina.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMATER, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório no distrito Administrativo de Rancho Alegre, no Município de Goioerê.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário

dos Transportes, encarecendo a implantação de pedras irregulares ao longo de toda a extensão da Avenida Liberdade, existente no Distrito Administrativo de Luiziana, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um módulo policial para o Distrito Administrativo de Farol, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de materiais esportivos para o Município de Sertãozinho.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a criação e instalação de um núcleo regional desta Pasta, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a colocação de placas indicativas na rodovia Manoel Ribas - PR-090, na localidade de Barro Preto, Município de Tibagi.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial no Jardim Curitiba, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial na Vila Guaíra, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil S/A., encarecendo a instalação de uma agência daquele estabelecimento no Município de Três Barras do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na localidade de Alto Alegre, no Município de Três Barras do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Ministra da Educação, encarecendo o reconhecimento oficial da Universidade Federal do Paraná como primeira a ter sido fundada no País. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 2.º aniversário de fundação da Rádio Cidade de Jandaia, no Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que seja destinado a implantação do Sistema Estadual de Creches, o Erário, resultante do aumento de 1 por cento sobre o ICM. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Junior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Saúde e da Administração, encarecendo promoção, em caráter excepcional, por avanço vertical por habilitação, de professores em quatro etapas consecutivas de interstício semestral. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Diretor da CACEX, encarecendo não seja autorizada a importação de carne do Uruguai. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Dr. Arthur Gotuzzo de Souza, pelos 44 anos de brilhante carreira em favor do Rádio Paranaense, que agora se afasta da vida artística. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Junior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23º aniversário de emancipação política do Município de Uniflor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação do sistema de abastecimento de água potável no Distrito de Jardim-Indo-Ivaí, Município de Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio destinado ao funcionamento da Delegacia de Polícia do Município de Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação de sistema de abastecimento de água potável no Distrito de Vila Formosa, Município de Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um prédio destinado ao funcionamento de Agência de Rendas no Município de Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a anexação ao Projeto de Lei nº 55/84 da Mensagem Governamental nº 235/84.

Requer ainda que a referida Mensagem seja transformada em Substitutivo Geral de Plenário, já mencionado.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela nomeação e posse do Prof. Luiz Alberto Machado, como Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a doação de equipamentos necessários à instalação de um gabinete dentário no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Nova Cantu.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação e instalação de um colégio estadual a nível de 2º grau no Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Senado Federal, encarecendo a inclusão na Ordem do Dia, da emenda do Sr. Deputado Jorge Carone, que

restabelece as eleições presidenciais em dois turnos.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Junior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPASA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um armazém frigorífico no Município de Maringá.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Junior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a instalação de uma Vara de Execução Fiscal, bem como mais uma Vara Criminal para o Município de Maringá.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a concessão de um auxílio financeiro para a Fundação de Ensino Superior do Município de Campo Mourão.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Edson Kazushigue Teramatsu, pela sua eleição como Presidente da Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Curitiba.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo informações técnicas referente às Mensagens nº 233/84 e 234/84.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo informações técnicas referente às Mensagens nº 226, 227, 228 e 230/84.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Líderes do PMDB na Câmara Federal e Senado Federal, anexando cópia de pronunciamento feito na tribuna desta Casa, manifestando repúdio à pretensão do PTB de assumir o controle da CEASA/PR, inclusive com a criação de mais uma Diretoria.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Brios de Foz exigem eleição do Prefeito", publicado no jornal "Correio de Notícias".

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

(Matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Reecentro, Obras Sociais e Educacionais, pela promoção, em convênio com a Liga Mundial da Bíblia, da maior Cruzada Bíblica da história do Cristianismo.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr.

Ministro das Minas e Energia, encarecendo a não construção da Barragem de Ilha Grande, situada na divisa dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e do Paraná.

Aprovado. À Diretoria Legislativa

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reparos nas instalações da Escola Rural Estadual Oswaldo Cruz, no Município de Mamborê.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de nova pintura nas instalações da Escola Rural Estadual Princesa Isabel, no Município de Mamborê.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente solicitando seja retirada a sua assinatura do requerimento que solicita destaque a emendas apresentadas ao Projeto de Orçamento. **Deferido a retirada da assinatura como requer.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição n.º 119/84 (Emenda Constitucional).

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 163/84, 229/84, 260/84, 267/84.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 51/84, 228/84, 232/84, 239/84, 242/84, 250/84, 288/84.

E marca ainda para a Sessão Ordinária do dia 19 de novembro, segunda-feira, a

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/84 (Orçamento Programa Anual).

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO SÉRGIO SPADA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 1984.

BRIOS DE FOZ EXIGEM ELEIÇÃO DO PREFEITO

Não existe uma classificação de cidadania que permita qualificar uma comunidade por critério político-geográfico em quantas democracias se vasculhem neste mundo velho. No Brasil, existe. A lei que dispõe a escolha por nomeação federal dos prefeitos de cidades consideradas de interesse para a segurança nacional ou estâncias hidrominerais faz exatamente isso. Discrimina os cidadãos habitantes dessas cidades dos demais brasileiros, como se fossem incapazes de administrar suas próprias comunidades. Cidadãos de segunda classe, que não escolhem seus prefeitos.

Está na plataforma dos dois candidatos à Presidência da República que esse absurdo irá acabar,

devolvendo-se, inclusive direitos de escolha de prefeitos aos moradores das capitais. Nem poderia ser diferente. Ambos prometem plenitude democrática, e a nomeação de prefeitos consistiu em "capitis diminutio" cuja única serventia foi lembrar todas as pessoas residentes nessas cidades discriminadas no seu dia-a-dia, que vivemos tutelados por regime arbitrário que tentou moldar instituições democráticas às necessidades de autopreservação. E o fez, com rara infelicidade para a Nação. A legislação que roubou direitos eleitorais dos habitantes de capitais, estâncias hidrominerais e cidades consideradas estratégicas para a segurança nacional foi inspirada na necessidade de ampliar no tempo uma falsa hegemonia do partido político que dava apoio aos governos revolucionários. Hoje nem o PDS apóia absurdos presentes, penitencia-se dos passados, e refugia-se no repúdio ao antes e ao durante para tentar salvar o próprio futuro. É difícil que o consiga, pois disse muito bem o senador Palmeira que o PDS ficou muito pequeno apresentando seu candidato Maluf. Eu diria que conseguiram transformar num traque o partido que apoiou o canhão.

Dentre as cidades frustradas de escolher os administradores locais, nenhuma aparece tão evidentemente frustrada quanto Foz do Iguaçu. Amargou prefeito que se perdurou, denúncias de negociatas, processos aviltantes de indicação quando houve substituição do régulo. Mas não foram estes o principal motivo de íntima e pública revolta dos moradores de Foz. Por força de conviver com duas fronteiras internacionais, o morador de Foz tem um espírito todo especial. É aberto e franco, mas também combativo e desconfiado, valente mas ao mesmo tempo astuto. É a influência da fronteira, o mesmo espírito que moldou e ainda caracteriza o nosso gaúcho do pampa. Essa maneira de pensar toda peculiar traduz em queixa, em exigência ou em revolta o reclamo pela devolução dos direitos eleitorais frustrados, correspondendo-a a veemência da manifestação às qualidades do prefeito de plantão. Mesmo quem apoia o prefeito nomeado não esconde seu repúdio ao método usurpatório de escolha. O brio é o motivo principal da frustração da gente de Foz do Iguaçu. O mesmo brio que outras vezes manifestou-se forte ao ponto de alavancar movimentos separatistas.

Com esse povo de brio, o potencial turístico, energético e agrícola, já pensaram quão forte seria o Estado do Iguaçu? Ou em quanto mais fraco seria o Paraná? Se não pensaram, por favor: nem pensem.

Foz do Iguaçu já está movimentando lideranças políticas para escolher o seu futuro prefeito. Quanto antes, melhor. Sente-se o entusiasmo da certeza que o direito eleitoral será recuperado. Parece haver outra unanimidade de pensamento. O prefeito que será eleito deverá ser capaz de transitar com facilidade junto aos governos federal e estadual, para consertar algumas distorções sócio-econômicas advindas do término das obras de engenharia da barragem de Itaipu. Eleito Tancredo, um homem pertencente ao PMDB. A eleição de Maluf ninguém cogita, mas sua consumação implicaria na desnecessidade de eleger prefeito: toda população se mudaria para um país mais à esquerda, o Paraguai.

O futuro prefeito de Foz: deverá ter as seguintes características. Nenhum envolvimento

com a revolução, mas tampouco ligação com organizações proscritas da esquerda, porque o fator segurança nacional realmente tem peso. Ser líder na comunidade, mas sem vínculos de compromisso com os proprietários de terras ou com o comércio dependente da Binacional Itaipu, para poder expressar interesses mais gerais. Ter fascínio pessoal

e maturidade, desassombro e franqueza, qualidades que sempre impressionaram bem o fronteiriço. Espanto: há pouca gente assim. Eu só conheço uma, não conto para não queimar.

Mineiro diz: se quer derrotar um cidadão, apresente-o como o candidato mais evidente. Vide Aureliano.